



REFORMA TRABALHISTA: “A GUERRA AINDA NÃO ESTÁ PERDIDA”

A afirmação é de Rafael Dias Marques, procurador do Ministério Público do Trabalho

PÁGINA 3

Dirigentes conversam com trabalhadores na M.Shimizu sobre o Sindicato

PÁGINA 2

Confira seus direitos: Constituição x reforma Trabalhista

PÁGINA 4



EXECUTIVO X JUDICIÁRIO
UM JUIZ DO DISTRITO FEDERAL SUSPENDEU O AUMENTO DE IMPOSTOS SOBRE OS COMBUSTÍVEIS, ALEGANDO QUE O GOVERNO DESRESPEITOU O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE TRIBUTÁRIA, QUE PERMITE O AUMENTO DE TRIBUTOS SOMENTE POR LEI.

Sindicato apoia luta de trabalhadores pela sindicalização na Nissan

PÁGINA 4

REUNIÃO DA DIRETORIA PLENA SEXTA-FEIRA, DIA 28, ÀS 17H, NA SEDE

Notas e recados

FOTOS: DIVULGAÇÃO



PELO RALO – 1

A verba de publicidade do governo federal, de mais de R\$ 200 milhões, já foi quase toda consumida por Temer no primeiro semestre deste ano.



PELO RALO – 2

A campanha pela reforma da Previdência consumiu cerca de metade do valor. A Secretaria de Comunicação disse que será necessário pedir mais dinheiro.



PELAS MULHERES

O Movimento de Mulheres Olga Benário ocupou um imóvel abandonado em Mauá para criar uma Casa de Referência para mulheres vítimas de violência.



SEM FISCALIZAÇÃO

A emenda constitucional que congela investimentos por 20 anos tem provocado o corte de verbas na fiscalização e combate ao trabalho escravo.

ELEIÇÃO DE CSE NA VOLKSWAGEN

O secretário-geral do Sindicato, no uso de suas atribuições estatutárias, comunica o registro de duas candidaturas a uma vaga no Comitê Sindical de Empresa na Volkswagen: Jorge José de Lima e Marcelo Generoso Dantas.

São Bernardo do Campo, 25 de julho de 2017.

Aroaldo Oliveira da Silva
Secretário-Geral

SINDICATO VISITA NOVA SEDE DA M. SHIMIZU

Em visita à sede da M. Shimizu, em São Bernardo, os dirigentes dos Metalúrgicos do ABC conversaram com os trabalhadores na fábrica sobre o papel do Sindicato, a importância de unidade da classe trabalhadora e do desenvolvimento da tecnologia nacional no último dia 5.

A transferência da fábrica de São Paulo para o espaço de 12 mil m² onde ficava a Magneti Marelli teve início em fevereiro e foi concretizada em maio com cerca de 150 trabalhadores. Além de automação e manutenção industrial, a empresa desenvolveu o primeiro sistema de aperto eletrônico brasileiro.

“O importante é ter o olhar para a indústria nacional, desenvolver tecnologia aqui e insistir que temos condições de fazer no País e gerar empregos qualificados”, afirmou o diretor do Sindicato, José Roberto Nogueira da Silva, o Bigodinho.

A vinda da empresa teve a intervenção do Sindicato. O primeiro contato foi feito durante uma negociação de PLR e plano de carreira com o então CSE na Mercedes e coordenador da Comissão de Metalúrgicos do ABC com Deficiência, Sebastião Ismael



5 de julho – Conversa com os trabalhadores na fábrica

de Sousa, o Cabelo, já que a M. Shimizu prestava serviços para a montadora.

“Agora estamos em discussão com o presidente da fábrica, Mitsuru Shimizu, para trabalhar em conjunto com a Associação Brasileira de Emprego Apoiado, a ABEA, no treinamento da pessoa com deficiência e oportunidades de desenvolvimento de tecnologia”, contou Cabelo.

No dia 13 de junho, o coordenador de São Bernardo, Genildo Dias Pereira, o Gaúcho, conheceu as novas instalações



13 de junho – Visita à nova sede em São Bernardo

da empresa. O diretor José Caitano Lima ressaltou que o Sindicato tem um trabalho

muito próximo ao chão de fábrica e está a disposição para acompanhar o dia a dia.

CIPA NA AUTOMETAL É HOJE

Os companheiros na Autometal, em Diadema, elegem hoje seus representantes da Cipa. Vote em Adelmo Gonçalves da Silva, o Sarita, na injeção; José Carlos de Alcântara, o Gordo, na extrusão; Marcos Augusto Nunes de Oliveira, o Bigode, na metalúrgica; Wellington Manuel de Lima, o Mineiro, no almoxarifado; Pedro Luís Aparecido da Silva Cardeal, o Vida Loka, na injeção; Denilson Santos Silva, o Gordinho, na injeção. Eles são apoiados pelo Sindicato, comprometidos e bem preparados para defender as condições de saúde e segurança dos trabalhadores.

Confira seus direitos

CONSTITUIÇÃO
X
REFORMA
TRABALHISTA

Comente este artigo.

Envie um e-mail para juridico@smabc.org.br

Departamento Jurídico

A reforma Trabalhista do Temer contém diversos pontos que violam a Constituição Federal. A partir desta semana, passaremos a abordar cada um deles.

O primeiro é escandaloso. No segundo semestre de 2016, acompanhamos a discussão sobre a Emenda Constitucional do teto de gastos, cuja finalidade era criar um limite para o gasto público, para que a despesa não crescesse mais que a inflação, a partir deste ano.

Tal medida foi aprovada e transformou-se na Emenda

nº 95. Hoje, nos deparamos com a falta de recursos em várias áreas essenciais, como saúde e educação, dentre outras.

Além disso, uma das mudanças ocorreu nas Disposições Transitórias da Constituição, ao assentar: “Art. 113. A proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro”.

Pois bem, a reforma Trabalhista prevê medidas que geram claramente “renúncia

de receita”, no FGTS e na Previdência Social. Prova disto está no fato de que o governo retirou da base de incidência dos salários os prêmios e abonos pagos aos trabalhadores, ainda que habituais (Parágrafo 2º do Art. 457 da CLT).

Com isto, haverá redução das receitas da Previdência e do FGTS, mas o governo não elaborou nenhuma estimativa do referido impacto orçamentário e financeiro nas contas públicas, em um evidente atentado à Constituição brasileira.



RAFAEL DIAS MARQUES, PROCURADOR DO TRABALHO

DIVULGAÇÃO

“TRABALHADOR PODE DEIXAR A RELAÇÃO DE TRABALHO COM DÍVIDA”

O Ministério Público do Trabalho, o MPT, classificou a reforma Trabalhista sancionada pelo governo Temer como inconstitucional, um retrocesso na proteção dos trabalhadores brasileiros, com insegurança jurídica e impacto negativo na geração de empregos. *(Saiba mais na coluna Confirma seus Direitos, na página 2)*

Desde a tramitação da proposta no Congresso, o MPT divulgou notas técnicas para alertar que as mudanças contrariam a Constituição Federal. Com a aprovação pelos plenários da Câmara e do Senado, o Ministério Público pediu o veto presidencial.

Em entrevista à **Tribuna**, o procurador do Trabalho e chefe de gabinete do procurador-geral do Trabalho, Rafael Dias Marques, explicou pontos da reforma.

Tribuna – O que representa a reforma Trabalhista?

Rafael Dias Marques – A reforma Trabalhista significa um gigantesco retrocesso social no padrão de proteção do trabalho no Brasil. Cria formas precárias, temporárias e desprotegidas de contratação, estimula a negociação coletiva sem salvaguardas do mínimo legal e enfraquece a atividade dos sindicatos.

Além de diminuir a proteção do trabalho no Brasil, ela enfraquece o acesso à própria justiça, ao torná-la

mais cara e com o acesso mais difícil ao trabalhador, que se vê obrigado a pagar custas e honorários. Portanto, ofende a cláusula constitucional no acesso à justiça.

A reforma subverte todos os valores do trabalho digno e decente previstos na Constituição Federal ao criar possibilidades de jornada intermitente, terceirização e tarifação de dano patrimonial.

Tribuna – Isso significa que quem ganha menos vale menos de acordo com a reforma?

Rafael Dias Marques – Exatamente. É inconstitucional qualquer tipo de tarifação e é isso que a reforma traz em relação ao dano moral, lembrando inclusive o que o Código de Hamurabi pregava há milênios atrás. O Brasil se volta hoje a essa prática extremamente perversa de tarifar o dano moral.

O trabalhador será a única classe de cidadão brasileiro com seu dano moral tarifado. Por exemplo, se um consumidor, um pedestre e um trabalhador estão passando ao lado de uma obra, cai algum material e atinge a todos, o trabalhador vai ter indenização limitada. O consumidor e o pedestre não, esses poderão ser amplamente reparados. Cria-se uma espécie de subclasse de gente, que é o trabalhador.

Tribuna – Como fica a justificativa

de geração de emprego usada pelos defensores da medida?

Rafael Dias Marques – Estudos da Organização Internacional do Trabalho em mais de 60 países demonstram que essa onda flexibilizante apenas substitui postos de trabalho protegidos por trabalhos precários, sem proteção, desregulamentados e esporádicos. Não há aumento efetivo de mão de obra e não há aquecimento de economia.

A criação do emprego só surge quando a demanda está maior. Essa fórmula de retirar direitos para gerar crescimento econômico e diminuir custos é um argumento falacioso e que não se sustenta.

Na verdade, esconde o grande intuito da reforma que é diminuir os custos da mão de obra, aumentar a concentração de riqueza e a desigualdade social e, portanto, a própria exploração do trabalho.

Tribuna – O trabalho intermitente aprofunda essa exploração?

Rafael Dias Marques – O trabalho intermitente é uma das situações mais perversas previstas na reforma. Não tem garantia de qual será a jornada que vai ter nem qual o salário que irá receber no fim do mês.

A pessoa é contratada, mas é o empregador que vai chamar. E ele pode chamar uma hora hoje, três horas amanhã ou nenhuma hora nesta semana. O trabalhador não pode nem

organizar a vida pessoal, seus estudos nem seu tempo com a família. O trabalhador pode deixar a relação de trabalho com dívida.

Tribuna – Como funciona a multa ao trabalhador?

Rafael Dias Marques – Se o empregador chama para um trabalho de seis horas, por exemplo, e o trabalhador se compromete a ir, mas não vai, ele é obrigado a pagar uma multa ao empregador correspondente a metade do valor da jornada estipulada, nesse caso, ao salário da jornada de três horas. É praticamente o que se vê na servidão por dívida muito típica do trabalho escravo.

Tribuna – Como o MPT atuou pelo veto da medida?

Rafael Dias Marques – Desde o momento em que Projeto de Lei foi apresentado ao parlamento, o MPT participou de toda a discussão, que foi apressada e afobada, sem efetivo diálogo com as centrais sindicais. O MPT produziu notas técnicas e elaborou pedido de veto ao presidente, que aprovou sem qualquer tipo de veto nem Medida Provisória até o momento.

Nós avaliamos que a guerra ainda não está perdida. Houve um importante golpe ao direito do trabalho no Brasil, mas é possível buscar interpretações que venham a minimizar os prejuízos trazidos por essa reforma.

Tribuna Esportiva



FOTOS: DIVULGAÇÃO

Faixas, bandeirões e instrumentos musicais foram liberados nos estádios após reunião da Federação Paulista de Futebol com os presidentes de clubes.



Novo reforço do Santos, o volante **Matheus Jesus** disse que quer “entrar na linha”, após polêmicas de mau comportamento no Flamengo e na Ponte Preta.



O meia **Danilo** (foto) foi inscrito na Sul-Americana no lugar de **Léo Jabá**. Recuperado de lesão, o retorno do jogador ainda é visto com cautela pela equipe.



Poupados há dois jogos, **Felipe Melo** e **Guerra** estarão à disposição do Palmeiras, mas ainda há dúvidas se terão espaço com a formação de três volantes.

COPA SUL-AMERICANA

HOJE – 21H45
Corinthians x Patriotas
Arena Corinthians

COPA DO BRASIL

HOJE – 21H45
Santos x Flamengo
Vila Belmiro

HOJE – 21H45
Cruzeiro x Palmeiras
Minas Gerais



DIVULGAÇÃO UAW

METALÚRGICOS DO ABC SE SOLIDARIZAM À LUTA DOS TRABALHADORES NA NISSAN PELA SINDICALIZAÇÃO



ADONIS GUERRA

11/11/16 – Na abertura do Salão do Automóvel 2016, Metalúrgicos do ABC participam do protesto contra as práticas antissindicais da Nissan do Mississippi, nos Estados Unidos.



ANDRIS BOVO

Em 2014 e 2016, o então presidente do Sindicato, Rafael Marques, recebeu os representantes do sindicato dos trabalhadores na UAW para tratar das práticas antissindicais da Nissan

Em mais uma prática antissindical, a Nissan ameaçou fechar a fábrica em Canton, nos Estados Unidos, depois que os trabalhadores, com assessoria do United Auto Workers, UAW, sindicato dos trabalhadores na indústria automotiva do país, entraram com um pedido de plebiscito, no Conselho Nacional de Relações Trabalhistas estadunidense, para decidirem sobre o direito à sindicalização.

A solicitação ao Conselho é para que os trabalhadores se manifestem, por meio de voto, nos próximos dias 31 e 1º de agosto, mas a data pode ser alterada.

Em nota, o presidente do Sindicato, Wagner Santana, o Wagnão, manifestou apoio à luta legítima dos companheiros. “A prática da empresa, de pressionar os trabalhadores de todas as formas para que eles não exerçam seu livre direito de sindicalização, é uma agressão e uma afronta à democracia, à cidadania e aos direitos consagrados na Organização Internacional do Trabalho”.

A planta de Canton junto a outras duas no Tennessee são as únicas da Nissan, nos Estados Unidos, onde

não há representação sindical.

“Daqui do Brasil, temos acompanhado todos os passos dessa luta e continuaremos fazendo o possível para ajudar, dando suporte e divulgando as ações da campanha. Sabemos que, apesar das diferenças regionais, a luta por direitos é a mesma em todo o mundo”, reforçou.

HISTÓRICO DA PRÁTICA ANTISSINDICAL

Em 2015, o Conselho Nacional de Relações Trabalhistas protocolou uma denúncia contra a Nissan e a Kelly Services, agência de temporários, por “restringir e coagir trabalhadores no exercício de seus direitos”.

Além da denúncia do Conselho, a Administração de Segurança e Saúde Ocupacional dos Estados Unidos já fez várias intimações contra a empresa por violações de leis federais de segurança e saúde.

As mais recentes, de fevereiro de 2017, consideraram que a empresa “não fornece trabalho ou local de trabalho livre de riscos reconhecidos, que causam ou são propensos a causar morte ou graves danos físicos”.

ADONIS GUERRA

